

CGU/SFC/DC/DCTEQ

**“A auditoria contínua –
conceitos e práticas”**





Agenda

- 1 O controle interno federal.
- 2 Conceitos Iniciais: Auditoria Contínua.
- 3 Framework das auditorias da SFC/CGU.
- 4 Como a SFC/CGU utiliza a auditoria contínua?
 - 4.1 Campo de aplicação: por Unidade Examinada e por área de gestão.
 - 4.2 Formas de interação com o gestor.
 - 4.3 APG temas específicos.
- 5 Estudo de caso: avaliação do bloco de custeio.

O cumprimento das Metas Previstas no PPA

1 - Avaliar

A execução

Dos Programas de Governo

Dos Orçamentos da União (LOA)

2 - Comprovar a Legalidade e Avaliar os Resultados

Eficiência

Da Gestão

Orçamentária

Financeira

Patrimonial

Rec. Humanos

Órgãos e Entidades da Adm. Direta

Adm. Indireta

Eficácia

3 - Bem Como

Da aplic. de rec. públicos por ent. de direito privado

Operações de Crédito

4 - Controlar

Avais e Garantias

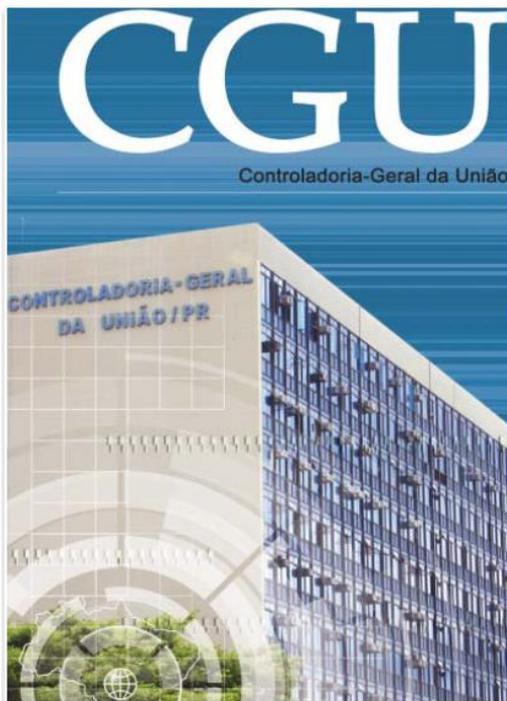
Direitos e Haveres do Estado

5 - Apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional

Art. 74 da C.F. 1988

SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

Principais atividades do Controle Interno



Avaliação da Execução de Programas de Governo

- Avaliação da Execução de Programas de Governo
- Programa de Sorteio

Comprovar Legalidade, Economicidade e Resultados

- **Acompanhamento permanente da Gestão**
- Prestação de Contas Anual
- Recursos Externos
- Pessoal e TCE

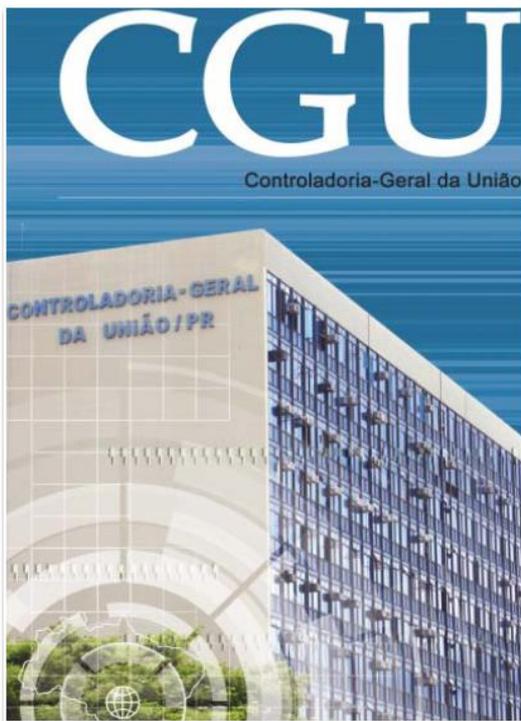
Orientação e Capacitação dos Gestores

- Orientação a cidadãos
- Capacitação de Gestores Federais

Ação Investigativa

- Apuração de denúncias e representações
- Operações especiais com DPF e MPF
- Auditorias Especiais

Balanço Resumido



Avaliação da Execução de Programas de Governo

- aprimoramento das políticas públicas
- incremento da transparência (Portais eletrônicos)
- fomento do controle social (Olho Vivo e demais programas)

Avaliação da Gestão dos Administradores

- apoio aos gestores no aprimoramento do accountability
- **monitoramento tempestivo dos gastos ao longo do exercício**
- interação com gestores

Orientação Preventiva aos Gestores

- contribuição para o fortalecimento da gestão pública
- ampliação da capacidade operacional da rede do controle interno
- manuais e cartilhas

Ações Investigativa

- combate à corrupção
- punições administrativas (servidores federais e inidoneidade de empresas)
- maior articulação com os órgãos de defesa do Estado
- operações especiais conjuntas

Mapa Estratégico

Missão: Prevenir e combater a corrupção e aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social.

Visão: Ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição de referência (excelência) na prevenção e combate à corrupção e no aprimoramento da gestão pública, com quadro técnico altamente qualificado e motivado.

Resultados

Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.

Processos Internos

Pessoas

Adequar a infraestrutura física e tecnológica aos requisitos de qualidade dos trabalhos realizados.

Agenda

- 1 O controle interno federal.
- 2 **Conceitos Iniciais: Auditoria Contínua.**
- 3 Framework das auditorias da SFC/CGU.
- 4 Como a SFC/CGU utiliza a auditoria contínua?
 - 4.1 Campo de aplicação: por Unidade Examinada e por área de gestão.
 - 4.2 Formas de interação com o gestor.
 - 4.3 APG temas específicos.
5. Estudo de caso: avaliação do bloco de custeio.

O que é auditoria?

Uma auditoria pode ser definida como um processo sistemático de (1) obter e avaliar evidências objetivamente, (2) julgar o grau de correspondência entre tais objetos e certos critérios, e (3) comunicar os resultados aos usuários interessados. Esta definição alcança todos os tipos de auditorias (MERCHANT, VAN DER STEDE, 2012).

Qual o valor da auditoria?

Auditorias criam valor de duas formas: **(i)** aumento da credibilidade de informação oferecida por meio de relatórios e **(ii)** pela “antecipação” (MERCHANT, VAN DER STEDE, 2012).

Qual o valor da auditoria?

Primeiro, o relatório da auditoria aumenta a credibilidade da informação oferecida aos usuários, sendo importante para tal se observar o preceito da independência do auditor.

Segundo, o benefício da auditoria é determinado não apenas pela própria auditoria em si, mas pela sua "antecipação", ou seja, saber que suas ações serão examinadas/avaliadas por uma auditoria é um fator motivador para que os indivíduos envolvidos atuem de acordo com as normas que eles pensam que os auditores usarão em suas avaliações (MERCHANT, VANDER STEDE, 2012).

O que é auditoria contínua?

Tipo de auditoria que produz resultados simultaneamente ou em um pequeno período de tempo **após a ocorrência de um evento relevante.**

Conjunto de evidências e indicadores de auditoria **gerados de forma freqüente e automática, baseados em sistemas, processos e transações.**

Tipo de auditoria que avalia os controles e os riscos **automaticamente em bases contínuas**, de forma a identificar exceções e anomalias, tendências e indicadores de riscos.

O que é auditoria contínua?

A Auditoria Contínua consiste em uma **técnica** de auditoria que realiza testes utilizando **bases de dados informatizadas**, mediante ferramentas de extração, análise e mineração de dados, com base na avaliação de riscos e controles internos (Manual de Controle Interno/CONACI).

Quais os objetivos da auditoria contínua?

Avaliar controles e riscos **automaticamente em bases contínuas**, de forma a identificar exceções e anomalias, tendências e indicadores de riscos.

Estabelecer rotinas que: (i) que detectem erros potenciais (ii) que inibam comportamentos e eventos inapropriados (iii) que reduzam ou evitem perdas financeiras (iv) que verifiquem a aderência às leis existentes, normas e procedimentos.

Fonte: MERCHANT, VAN DER STEDE, 2012.

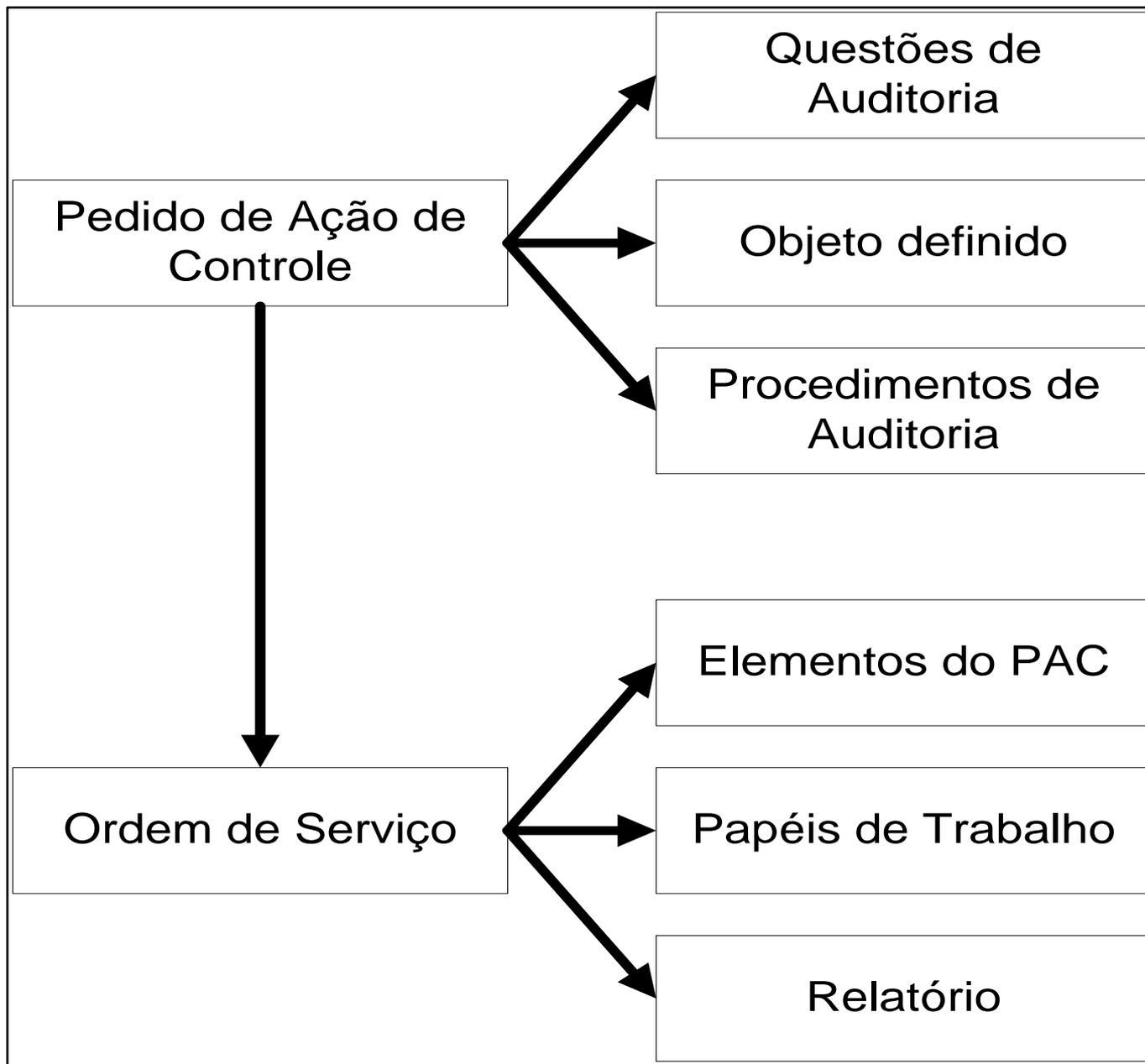
Quais os requisitos da auditoria contínua?

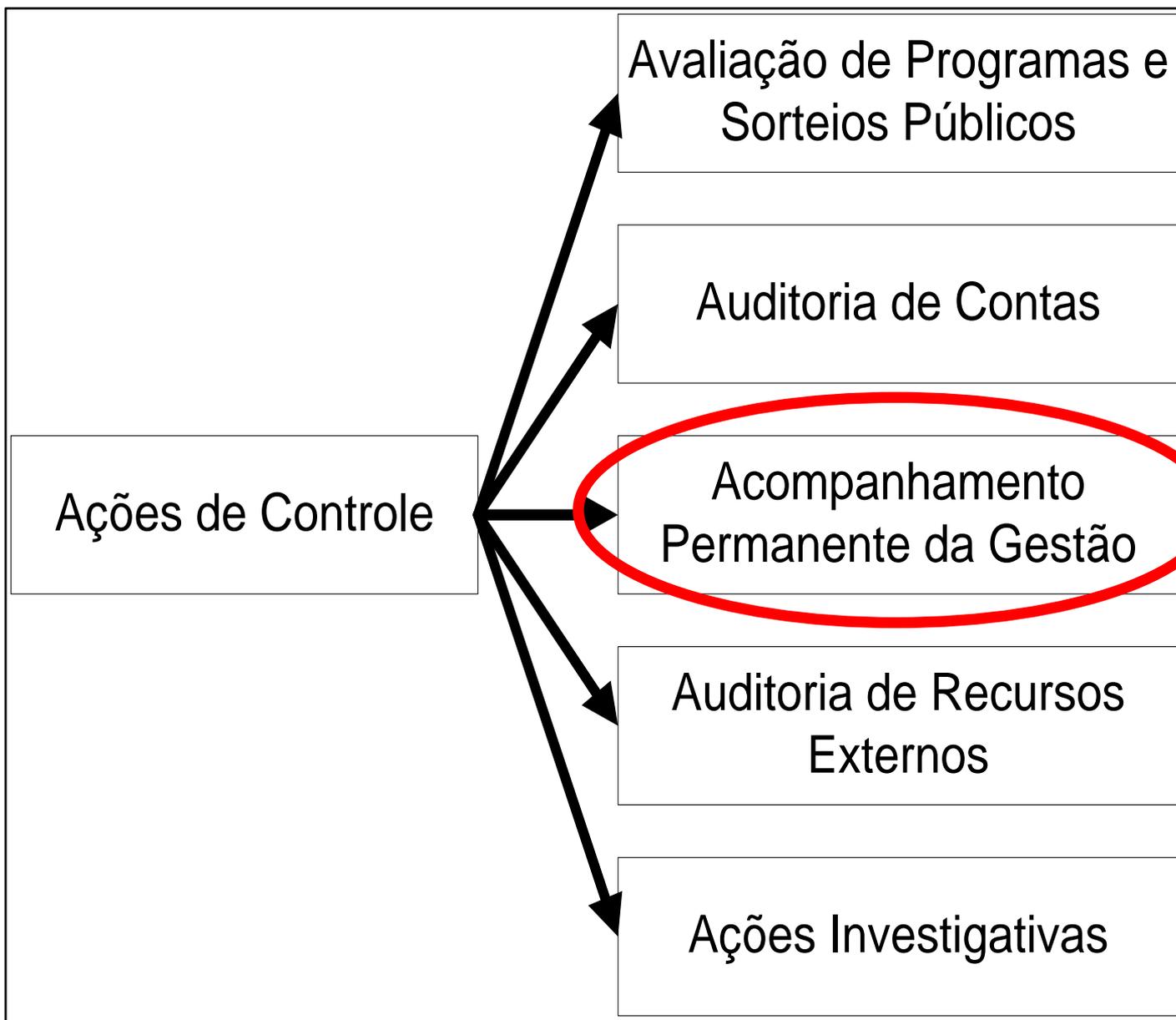
- Informações sobre os processos são recebidas continuamente;
- Conhecimento dos objetivos e significância dos processos com maior risco;
- Interação dos gestores em caso de necessidade de ajustes tempestivos nos controles dos processos;
- Alta Administração envolvida nos casos relevantes, verificados a partir do monitoramento – uso de alertas.

Breve reflexão sobre a dissuasão e a atuação do Controle

Agenda

- 1 O controle interno federal.
- 2 Conceitos Iniciais: Auditoria Contínua.
- 3 Framework das auditorias da SFC/CGU.**
- 4 Como a SFC/CGU utiliza a auditoria contínua?
 - 4.1 Campo de aplicação: por Unidade Examinada e por área de gestão.
 - 4.2 Formas de interação com o gestor.
 - 4.3 APG temas específicos.
5. Estudo de caso: avaliação do bloco de custeio.





Agenda

- 1 O controle interno federal.
- 2 Conceitos Iniciais: Auditoria Contínua.
- 3 Framework das auditorias da SFC/CGU.
- 4 Como a SFC/CGU utiliza a auditoria contínua?**
 - 4.1 Campo de aplicação: por Unidade Examinada e por área de gestão.
 - 4.2 Formas de interação
 - 4.3 APG temas específicos.
5. Estudo de caso: avaliação do bloco de custeio.

O que é o APG?

O Acompanhamento Permanente da Gestão – APG é uma sistemática de trabalho que permite acompanhar a gestão das Políticas Públicas por intermédio da análise de macroprocessos gerenciais, metas e objetivos estratégicos, bem como do orçamento e da execução financeira da Unidade, sempre com foco na missão e no monitoramento dos Programas e Ações de Governo e das Unidades Gestoras - UG.

O que é o APG?

O objetivo principal do APG é gerar uma visão ampla e pormenorizada, **com o uso de informações sistematizadas**, que permita a construção de um conhecimento consolidado e permanentemente atualizado sobre a UG e, com base nesse conhecimento, possibilitar um monitoramento geral da Unidade, no âmbito do **controle preventivo**.

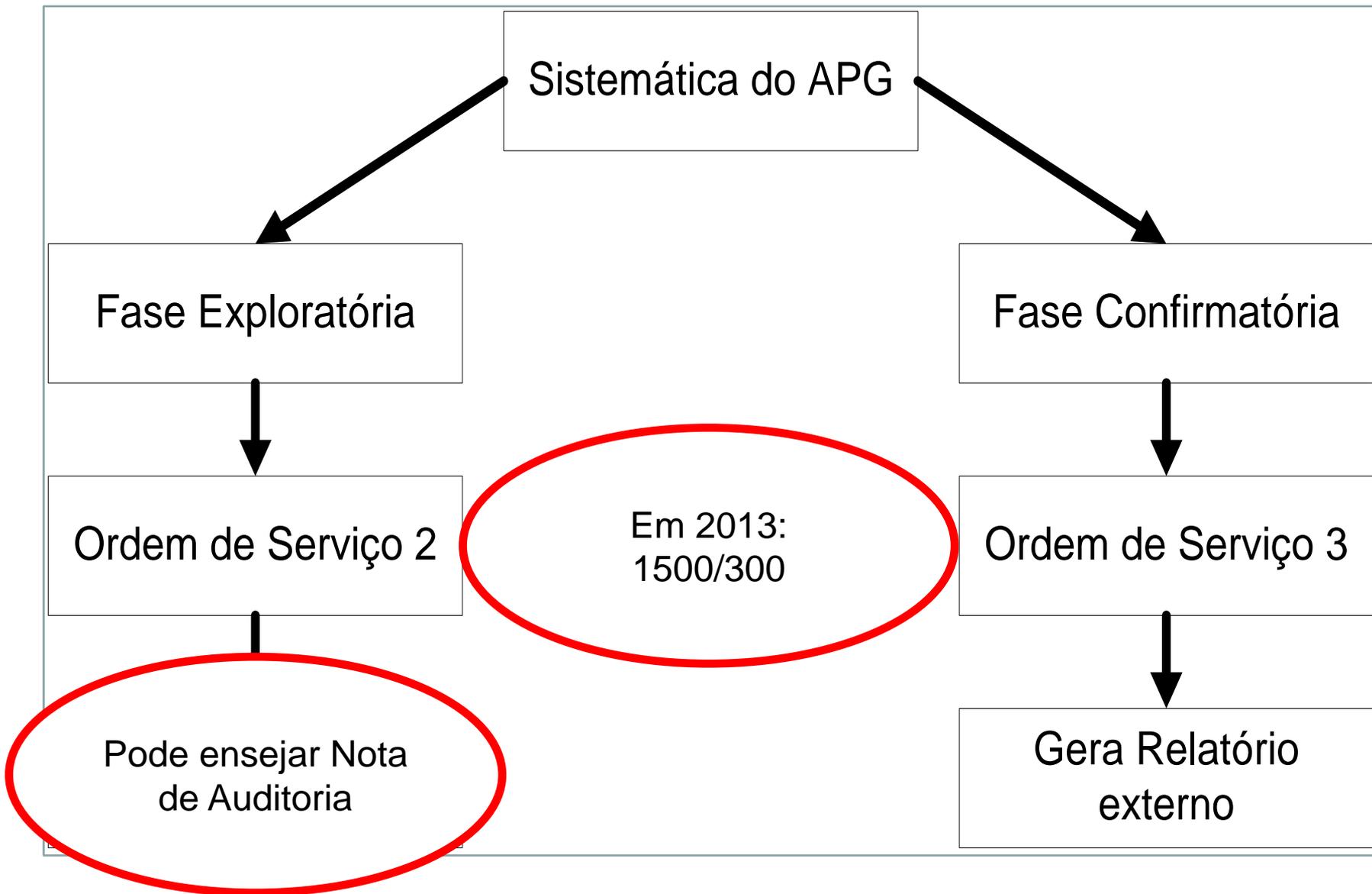
O que é o APG?

Esse monitoramento é realizado **por meio da Ordem de Serviço do Tipo 2 - OS2 para os trabalhos continuados**, gerando, nas situações pertinentes, os alertas e as diligências necessárias, **podendo ser complementado no aprofundamento de pontos importantes** por meio de verificações in loco, com o uso da Ordem de Serviço do Tipo 3 - OS3.

O que é o APG?

OS2 Controle contínuo → OS3 Ação Focada





Agenda

- 1 O controle interno federal.
- 2 Conceitos Iniciais: Auditoria Contínua.
- 3 Framework das auditorias da SFC/CGU.
- 4 Como a SFC/CGU utiliza a auditoria contínua?
 - 4.1 Campo de aplicação: por Unidade Examinada e por área de gestão.
 - 4.2 Formas de interação com o gestor.
 - 4.3 APG temas específicos.
5. Estudo de caso: bloco de custeio.

Campo de Aplicação do APG por unidades auditáveis

Grupos de Unidades Examinadas Auditáveis	Exemplos de Procedimentos
Entidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (inclui estatais dependentes)	A maioria. Ex.: Análise Preventiva da Editais.
Entidades integrantes do Orçamento de Investimento	Atuação do Conselho Fiscal.
Entidades integrantes do "Sistema S"	Análise do Extrato de Editais - Sistema S
Outras Entidades (Exemplo: Organizações sociais)	Não há um específico.

Campo de Aplicação do APG por áreas auditáveis

Áreas de gestão auditáveis	O que se verifica nas OS 2?
Gestão de Compras	<ul style="list-style-type: none"> -Regularidade da Licitação; -Uso correto do CPGF; -Registro consistente nos sistemas (SIASG); -CEIS; -Compras sustentáveis.
Gestão de Transferências	<ul style="list-style-type: none"> -TCE; -CEPIM; -Registro consistente nos sistemas (SICONV).
Gestão Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> -Registro consistente dos bens especiais.
Gestão de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> -O pagamento da remuneração está aderente à legislação; -Compatibilidade da carga horária de trabalho.

Campo de Aplicação do APG por áreas auditáveis

Áreas de gestão auditáveis	O que se verifica nas OS 2?
Gestão de TI	-Governança em TI: planejamento, RH, contratações, desenvolvimento.
Gestão Orçamentária e Financeira	-Relação entre objeto do gasto e finalidade da ação.
Avaliação de Controles Internos Administrativos	<ul style="list-style-type: none"> -Em nível entidade e em nível atividade -Qualidade dos indicadores; -Atendimento das determinações (TCU)/ recomendações (CGU) anteriores .

Agenda

- 1 O controle interno federal.
- 2 Conceitos Iniciais: Auditoria Contínua.
- 3 Framework das auditorias da SFC/CGU.
- 4 Como a SFC/CGU utiliza a auditoria contínua?
 - 4.1 Campo de aplicação: por Unidade Examinada e por área de gestão.
 - 4.2 Formas de interação com o gestor.**
 - 4.3 APG temas específicos.
5. Estudo de caso: bloco de custeio.

Formas		Exemplos de Procedimentos
1	O gestor solicita apoio	Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão.
2	Avaliação unilateral pelo Controle Interno	Destaques, Notícias e Transparência
3	Levantamento de informações a fim de formar uma opinião preliminar	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliação dos Indicadores Institucionais; – Autoavaliação das Renúncia Tributária; – Autoavaliação de TI pelo Gestor.
4	Solicitação de esclarecimentos sobre pontos críticos/ fragilidades já detectados	<ul style="list-style-type: none"> – Finalidade da Ação x Objeto do Gasto; – Transferências Voluntárias – CEPIM; – Análise Preventiva de editais; – Ocorrências na folha de pagamento de pessoal.
5	Mista	<ul style="list-style-type: none"> – Controles Internos Administrativos/ Nível Entidade; – Controles Internos Administrativos/ Nível Atividades – Revisão do Plano de Providências Permanente

Agenda

- 1 O controle interno federal.
- 2 Conceitos Iniciais: Auditoria Contínua.
- 3 Framework das auditorias da SFC/CGU.
- 4 Como a SFC/CGU utiliza a auditoria contínua?
 - 4.1 Campo de aplicação: por Unidade Examinada e por área de gestão.
 - 4.2 Formas de interação com o gestor.
 - 4.3 APG temas específicos.
- 5 Estudo de caso: bloco de custeio.

Evolução

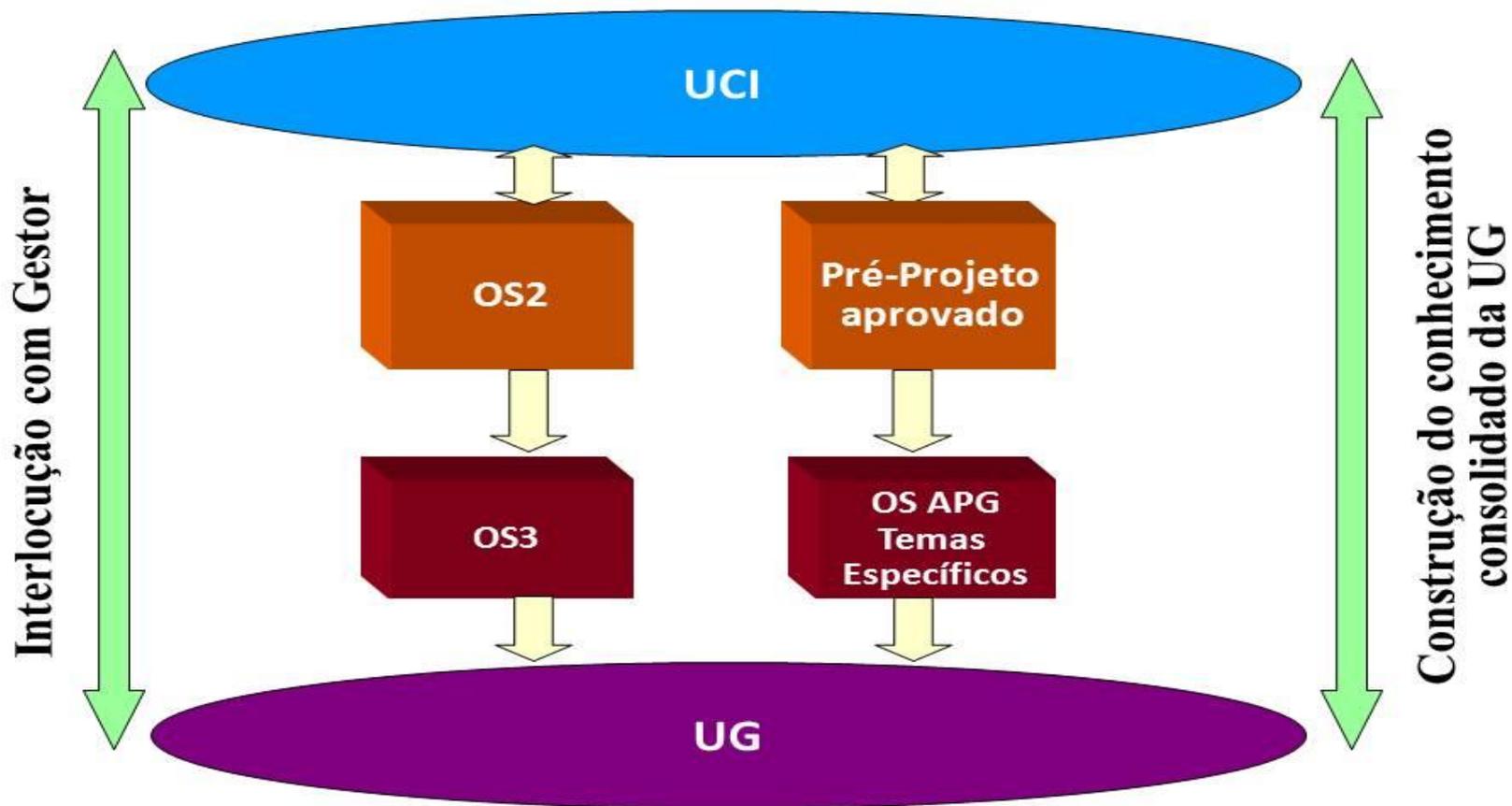
ÁREA MEIO 1 –
Gestão de Compras

ÁREA MEIO 2 –
Gestão de Pessoas

ÁREA FIM –
GRADUAÇÃO

APG temas específicos

Acompanhamento Permanente da Gestão



APG temas específicos: auditoria operacional e contínua

A Unidade de Controle Interno Executora deve apresentar **pré-projeto relacionado ao tema previamente aprovado pela Direção da SFC, justificando a realização dos trabalhos específicos**(UG, objetivo, HH, produtos esperados). Após análise e aprovação das propostas a Ordem de Serviço é gerada.

Diferenças

APG - Padrão	APG Temas Específicos
<p>Alicerçado em área meio e em controles internos administrativos.</p>	<p>Alicerçado em área fim e em controles internos administrativos.</p>
<p>Mais próximo de uma auditoria de conformidade com alguns elementos de operacionais.</p>	<p>Mais próximo de uma auditoria abrangente: conformidade e operacional.</p>
<p>Possui procedimentos passíveis de serem replicados a outras unidades com missões distintas.</p>	<p>Os procedimentos/roteiros de análise são limitados a um pequeno grupo de unidades.</p>

Agenda

- 1 O controle interno federal.
- 2 Conceitos Iniciais: Auditoria Contínua.
- 3 Framework das auditorias da SFC/CGU.
- 4 Como a SFC/CGU utiliza a auditoria contínua?
 - 4.1 Campo de aplicação: por Unidade Examinada e por área de gestão.
 - 4.2 Formas de interação com o gestor.
 - 4.3 APG temas específicos.
- 5 Estudo de caso: avaliação do bloco de custeio.

O que são blocos de custeio?

Trata-se de termo técnico utilizado para se referir a um **conjunto de elementos de despesa** pertencentes a um mesmo Grupo de Natureza de Despesa (GND 3 – Outras Despesas Correntes) com a finalidade de **verificar a eficiência do gasto** de determinado órgão/entidade.

Dessa forma, constitui-se em itens que permitem comparações (boas práticas e oportunidades de melhoria) dentro dos diversos blocos, valendo-se das técnicas de auditoria e fiscalização e das ferramentas de Tecnologia da Informação (Auditoria com TI).

Exemplos:

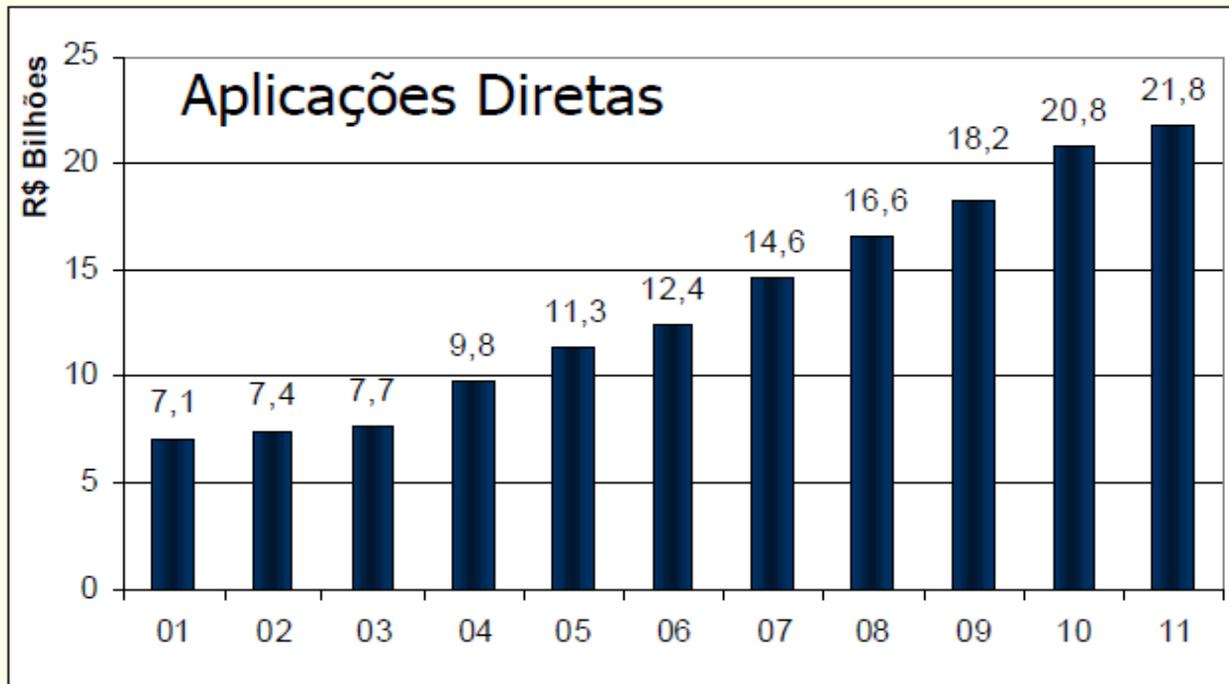
Passagens Aéreas; Reprografia; Vigilância; Energia Elétrica

Consolidação - Despesa Executada - Bloco de Custeio (2012)

Bloco de Custeio	Total Executado
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	4.371.684.437,73
Material de Consumo	10.983.453.523,61
Serviços de Processamento de Dados	46.066.977,70
Diárias e Passagens	1.643.392.007,69
Manutenção de Bens Imóveis	1.810.705.940,44
Energia Elétrica	1.335.172.160,63
Serviços de Telecomunicações	921.193.790,08
Água e Esgoto	413.970.641,95
Limpeza e Conservação	1.536.973.435,58
Vigilância	1.594.823.059,93
Reprografia	131.078.197,65
Consultoria Técnica ou Jurídica	1.794.676.219,95
Total	26.583.190.392,94

Crescimento das Despesas Administrativas

Despesas Administrativas – Valores Nominais

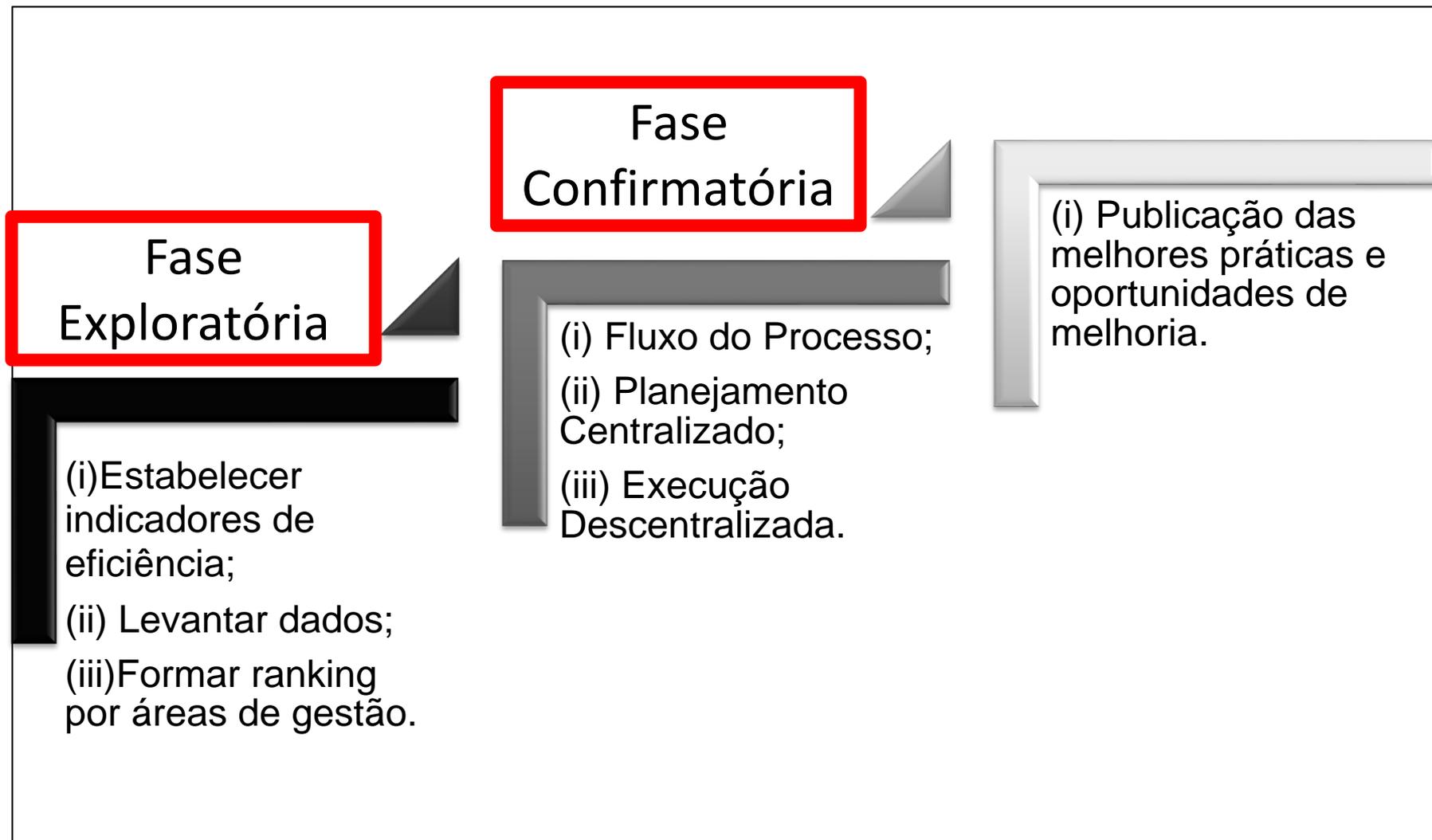


Fonte: Siafi – Despesas Liquidadas

Nota: Excluindo-se as despesas com medicamentos

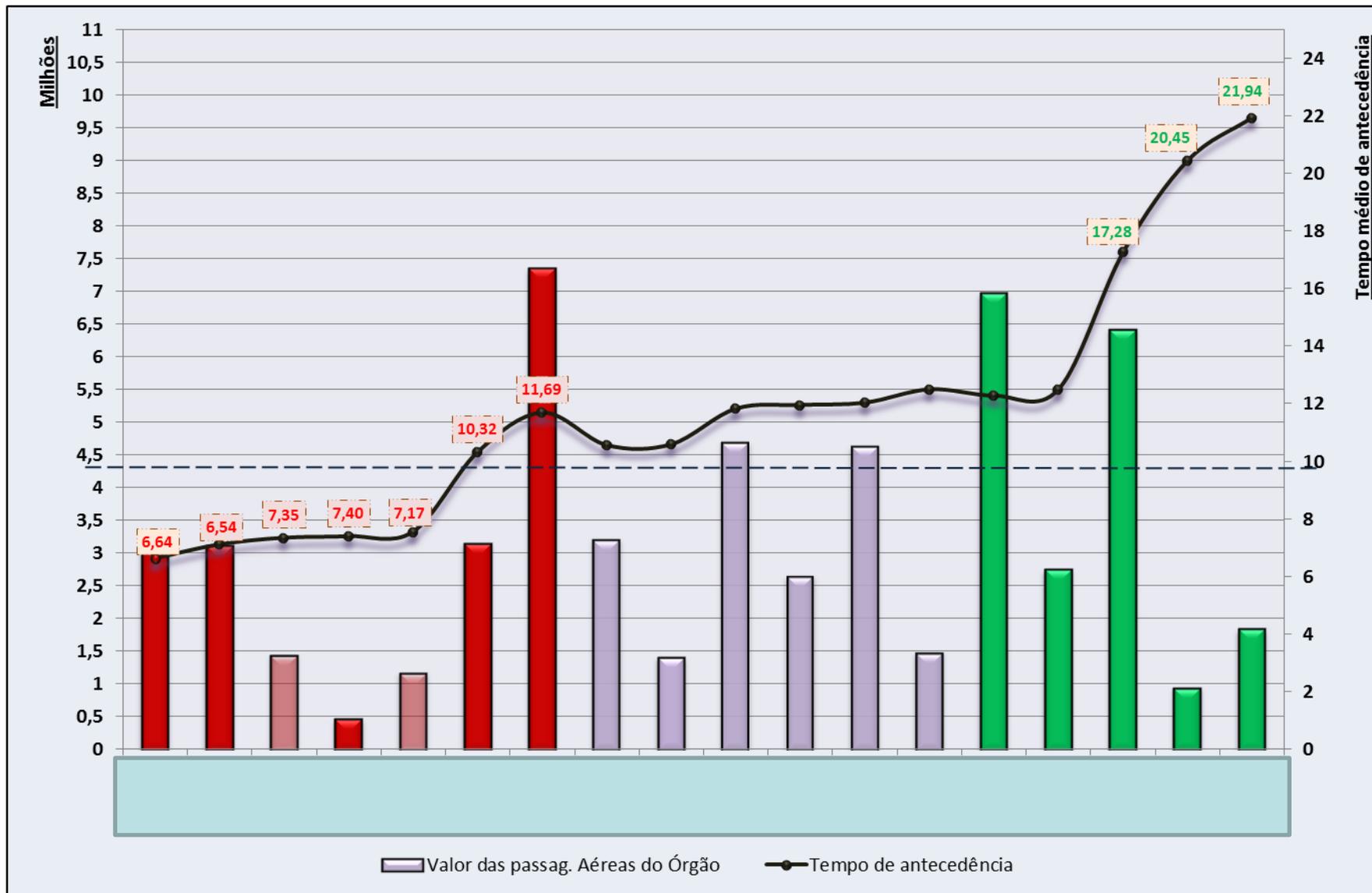
Crescimento Médio Anual:
11,9%

FASES



Indicadores

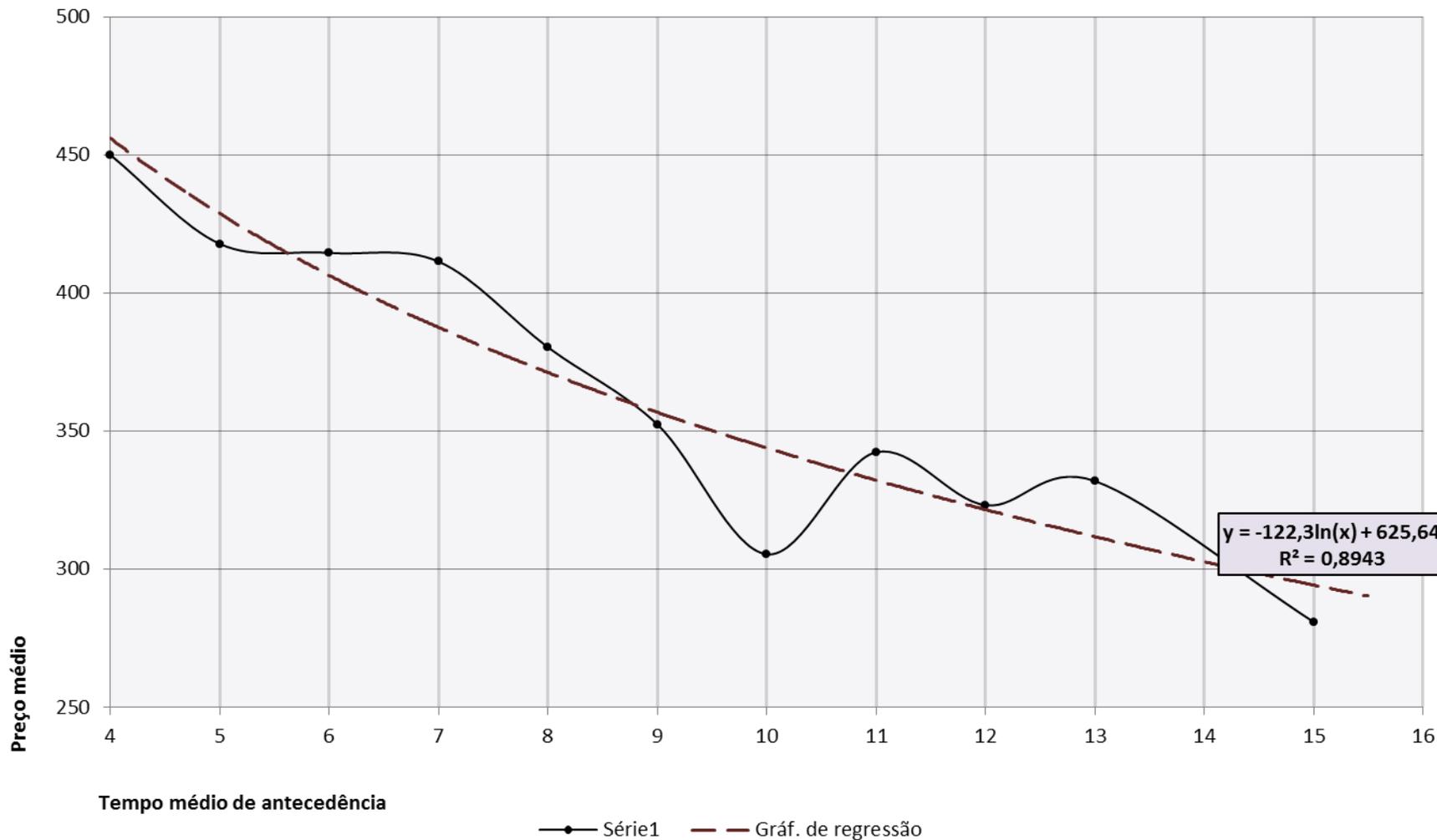
Ranking tempo de antecedência principais órgãos



Ranking de Preços: BSB-RJ

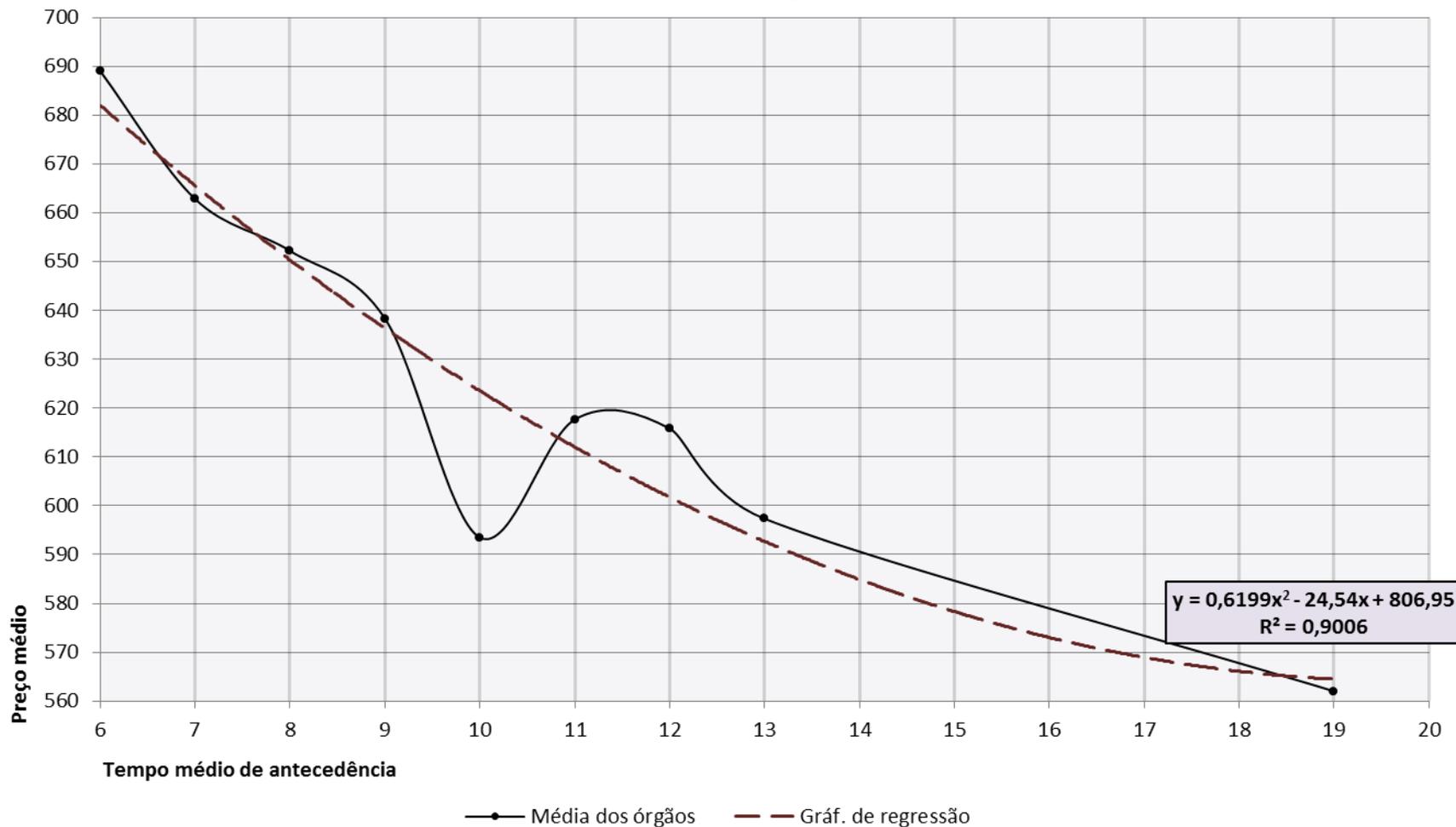


Preço x Tempo antecedência: BSB-RJ



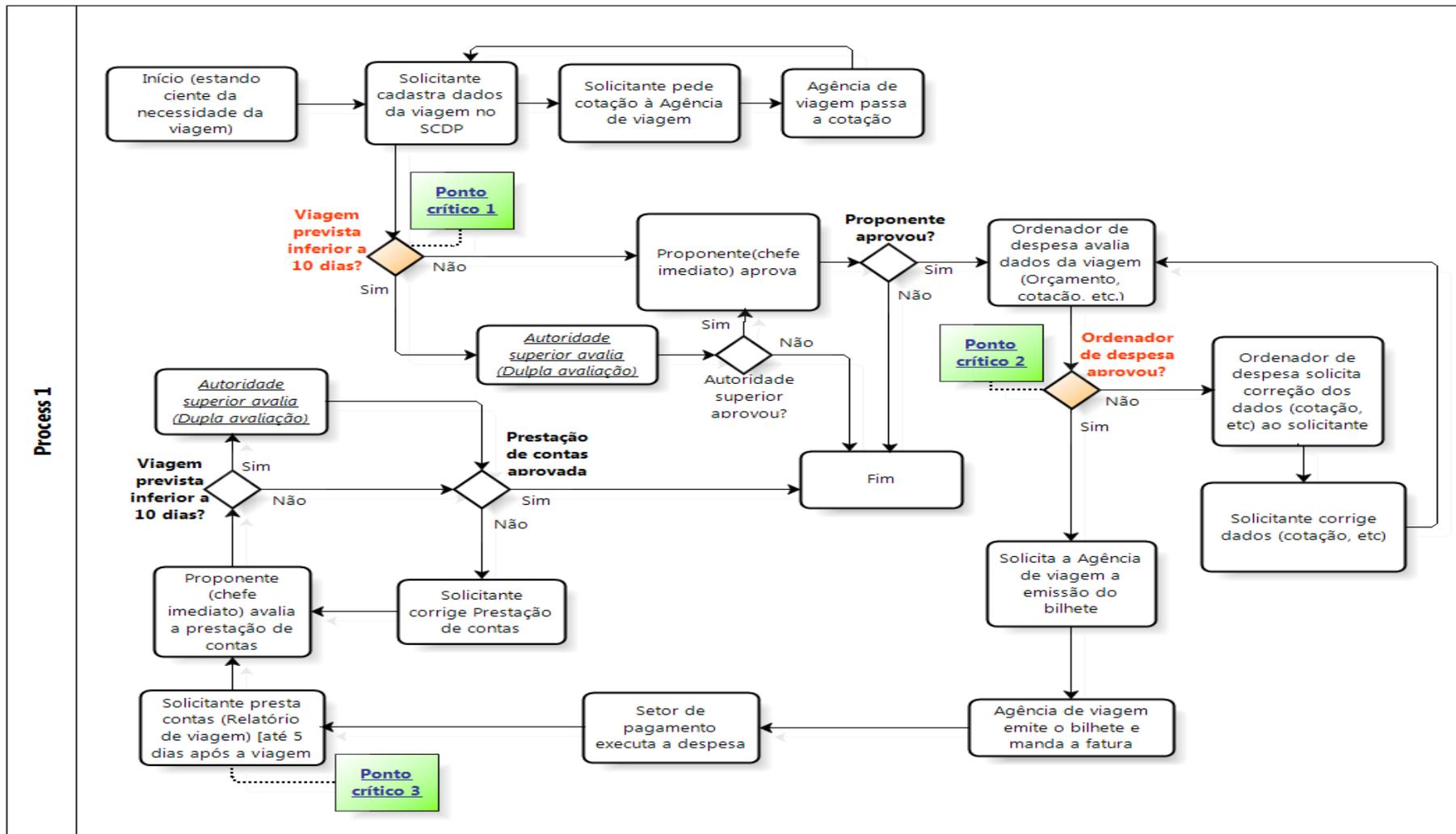
Preço x Tempo antecedência: BSB- Porto Alegre

Média dos órgãos



Fluxograma

Fluxograma Compra de Passagens aéreas



Procedimento

Procedimento – Passagens aéreas

QUESTÕES DE AUDITORIA:

- a) Quais são as práticas adotadas (processos, atividades, rotinas, etc) pelos órgãos/entidades que convergem para a redução dos gastos com passagens aéreas e, que conseqüentemente, deram causa para um bom posicionamento no ranking?

- b) Quais as oportunidade de melhoria apresentadas pelos órgãos/entidades que deram causas às posições de piores colocações no ranking?

- c) Qual o nível de qualidade dos Controles Internos Administrativos do órgão/entidade relacionados à gestão das aquisições de passagens aéreas? (atribuições; normativos; pontos críticos; riscos e mitigação dos mesmos; e indicadores).

O que foi evidenciado nas unidades situadas nas primeiras colocações?

Exemplo 1: Estrutura

Conforme informações, os resultados ... ensejaram o estudo de viabilidade e a confirmação da maior eficácia e redução de gastos **com a contratação centralizada**. Concluiu-se que a contratação coordenada pelos órgãos-centrais, além de trazer economia à Administração Pública, contribuiria para a melhoria da gestão de contratos e promoveria a **racionalização do custeio de todas as unidades**, uma vez que os certames licitatórios seriam coordenados e executados pela unidade central.

Exemplo 2: Contrato

Conforme constou no Termo do Contrato a empresa deve disponibilizar um ponto de acesso ao sistema “selfbooking” (Benner/ E-booking, Amadeus e/ou outros sistemas semelhantes).

Trata-se de sistema que possibilita a visualização em tempo real das vagas disponíveis no trecho pesquisado, cotação, e reservas de passagens (sem ônus para a contratante), o que foi confirmado por meio de entrevista realizada junto aos responsáveis pela gestão de Diárias e Passagens.

A Contratada disponibiliza cotação de no mínimo 03 empresas e 06 opções de vôo, se houver, para fornecimento de bilhetes aéreos, em prazo não superior a duas horas, contados a partir da solicitação do fiscal da contratante.

Exemplo 2: Contrato

No caso do não cumprimento do prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença é glosada pela contratante.

No momento da cotação ou requisição da passagem pela contratante, a contratada deverá assegurar o fornecimento do menor preço em vigor, praticado por qualquer companhia aérea do setor, para a data e horário solicitado, mesmo em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para a contratante, sob pena de ser penalizada caso seja comprovado pela contratante que havia menores tarifas das que foram apresentadas pela contratada.

Caso necessário, a contratada deverá efetuar emissão de bilhetes em caráter de urgência, ou fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para embarque do passageiro.

Exemplo 3: Planejamento

Segundo a Unidade, uma prática essencial para extinguir a falta de planejamento na aquisição de bilhetes **foi a adoção na UG de empenhos específicos para cada subunidade no início do exercício**, diferenciadas por **diárias operacionais e administrativas**.

Assim, a autoridade superior, que no **XXX** é ao nível de diretoria, já sabe de antemão o volume de recursos disponíveis, o “obrigando” a planejar suas atividades para melhor otimização dos recursos.

Esta prática onera em custo gerencial o setor responsável pela aquisição de bilhetes e concessão de diárias – **XXXXX**, mas mostra-se mais vantajoso por oferecer a possibilidade de planejamento de longo prazo às áreas operacionais.

Exemplo 4: Controle

Há servidores que auxiliam as autoridades, proponente, autoridade superior ou ordenador de despesas, por meio da análise prévia da PCDP, sugerindo a sua aprovação, rejeição ou devolução para correções.

Quando não for possível realizar a solicitação de viagem no prazo estabelecido, o proponente deverá apresentar justificativa que comprove a inviabilidade de seu cumprimento. Desta forma, a autoridade superior analisa a justificativa, acatando ou não a inviabilidade de atendimento ao prazo de 10 dias.

O que foi evidenciado nas unidades situadas nas últimas colocações?

Exemplo 1: “Custo de Oportunidade Superior”

Foi verificado que o **XXXX** emitiu passagens para os trechos críticos com valores acima da média nacional em 100% do que foi analisado, o que foi motivo para se registrar uma constatação, tendo em vista a falta de planejamento para as solicitações de passagens aéreas para a participação em eventos pré-programados, onde não foram identificadas urgências; ausência de ferramentas de controle que gerem informações sobre as passagens aéreas adquiridas pela unidade e fluxo interno para o início do processo eletrônico no SCDP.

Exemplo 2: “Custo de Oportunidade Superior”

A unidade **XXXX**, de janeiro a julho de 2013, realizou 29.644 viagens, totalizando uma despesa de R\$ 16.586.849,94. A tabela a seguir mostra o custo total em cada mês bem como o seu respectivo custo médio.

Preços gerais de passagens

Mês	Viagens	Custo total (R\$)	Custo médio por viagem (R\$)
Janeiro	251	144.908,91	577,326335
Fevereiro	382	224.017,45	586,433115
Março	551	313.656,93	569,250327
Abril	699	308.545,85	441,410372
Mai	477	245.365,53	514,393145
Junho	622	326.184,86	524,412958
Julho	380	186.420,63	490,580605
Total do período	29.644	16.586.849,94	559,53

Tipo	Trecho	Valor Total Trecho	Total Viagens	Média Tarifa	Média Nacional*
△	Belo Horizonte / Brasília	R\$ 17.868,29	102	R\$ 175,18	R\$ 196,57
○	Belo Horizonte / Imperatriz	R\$ 12.000,00	6	R\$ 2.000,00	-----
△	Brasília / Belo Horizonte	R\$ 17.332,95	104	R\$ 166,66	R\$ 196,57
↙	Brasília / Curitiba	R\$ 76.580,38	157	R\$ 487,77	R\$ 527,68
↙	Brasília / Fortaleza	R\$ 52.894,43	64	R\$ 826,48	R\$ 857,61
↙	Brasília / Foz do Iguaçu	R\$ 57.599,95	59	R\$ 976,27	R\$ 807,82
↙	Brasília / Porto Alegre	R\$ 89.991,62	123	R\$ 731,64	R\$ 774,77
↙	Brasília / São Paulo	R\$ 72.892,49	165	R\$ 441,77	R\$ 484,36
↙	Curitiba / Brasília	R\$ 76.982,01	161	R\$ 478,15	R\$ 527,68
△	Curitiba / Porto Alegre	R\$ 5.838,73	33	R\$ 176,93	R\$ 188,92
△	Foz do Iguaçu / Curitiba	R\$ 17.514,98	79	R\$ 221,71	R\$ 273,78
○	Macapá / Manaus	R\$ 5.876,25	3	R\$ 1.958,75	R\$ 1.088,72
↙	Porto Alegre / Brasília	R\$ 89.219,97	115	R\$ 775,83	R\$ 774,77
△	Porto Alegre / Curitiba	R\$ 5.012,80	34	R\$ 147,44	R\$ 188,92
↙	São Paulo / Brasília	R\$ 74.891,39	167	R\$ 448,45	R\$ 484,36

* A média nacional foi calculada considerando os preços praticados nos vôos nacionais no ano de 2013 (1º semestre), dos trechos onde os órgãos gastaram mais de R\$ 30.000,00. Essa média agrupou os trechos nos dois sentidos da viagem. (Ex: Brasília / Belo Horizonte & Belo Horizonte / Brasília)

Exemplo 3: Fragilidade dos Controles

Foi identificado por meio de entrevista com a gestora do SCDP e de manifestações encaminhadas, que não existe designação formal de servidores para exercer a função de solicitantes no sistema, bem como **foram designados funcionários terceirizados para exercerem essa função**. Apesar de não ter sido comprovada a influência direta no resultado da análise feita sobre a amostra selecionada, esse fato motivou o registro da segunda constatação, pois o Art. 1º, II, c) da Portaria nº 505/2009 trata da designação formal de servidores para a função de solicitante, além de dificultar o contato permanente entre a gestora setorial e os solicitantes para qualquer ajuste no processo.

Exemplo 4: Tarifas em branco

Nome	Lotação	Cidade Origem	Cidade Destino	Data Partida
		Brasília	Belo Horizonte	22/01/2013*
		Foz do Iguaçu	Curitiba	25/02/2013*
		Porto Alegre	Curitiba	16/04/2013*

A passagem foi emitida em 19/12/2012 e as informações deveriam ter sido registradas no sistema em 2013, o que não ocorreu.

A viagem do servidor foi realizada em veículo oficial.

A ausência de tarifa refere-se ao trecho da viagem realizado em veículo oficial.

Exemplo 5: Não existência de arquivos de cotação de preço anexados ao Sistema

Nome	Lotação	Cidade Origem	Cidade Destino	Data Partida
		Brasília	Fortaleza	22/04/2013
		Brasília	Foz do Iguaçu	03/02/2013
		Brasília	Porto Alegre	01/04/2013
		Curitiba	Brasília	27/06/2013
		Belo Horizonte	Brasília	05/02/2013
		Brasília	Belo Horizonte	22/01/2013*
		Foz do Iguaçu	Curitiba	25/02/2013*

Nome	Unidade	Nº PCDP	Justificativa
			Viagem cancelada.
			Viagem cancelada.
			Viagem cancelada.
			No momento de anexação do arquivo o sistema apresentou erro e o operador acidentalmente excluiu a cotação.
			Viagem Cancelada.
			A passagem foi adquirida em 2012 com deslocamento para 2013. Em 2013 o operador não incluiu o arquivo com a cotação no Sistema.
			A viagem foi realizada em veículo oficial.
			O operador não anexou a cotação no Sistema.
			Falha de registro. O operador não anexou à época, mas o arquivo foi incluído posteriormente e a falha corrigida.
			Falha de registro. O operador não anexou à época, mas o arquivo foi incluído posteriormente e a falha corrigida.
			O operador não anexou a cotação no sistema.
			Falha de registro. O operador não anexou à época, mas o arquivo foi incluído posteriormente e a falha corrigida.
			O operador não anexou a cotação no sistema.
			Falha de registro. O operador não anexou à época, mas o arquivo foi incluído posteriormente e a falha corrigida.
			Falha de registro. O operador não anexou à época, mas o arquivo foi incluído posteriormente e a falha corrigida.
			O operador não anexou a cotação no sistema.
			O operador não anexou a cotação no sistema.
			Falha de registro. O operador não anexou à época, mas o arquivo foi incluído posteriormente e a falha corrigida.
			Falha de registro. O operador não anexou à época, mas o arquivo foi incluído posteriormente e a falha corrigida.
			O operador não anexou a cotação no sistema.
			O operador não anexou a cotação no sistema.

Referências

AICPA - American Institute of CPA. Disponível em: <http://www.aicpa.org/Pages/default.aspx>. Acesso em 28 nov. 2013.

CONACI. **Manual de Controle Interno Aplicado ao Setor Público**. Versão 1.03. 18 nov. 2013 (não publicado).

CGU. **Manual do Acompanhamento Permanente da Gestão**. 2013 (não publicado).

CGU. Relatórios de Ordem de Serviço tipo 3 – Passagens. 2013.

MERCHANT, Kenneth A.; VAN Der STEDE, Wim A. **Management Control Systems: Performance Measurement, Evaluation and Incentives**. Harlow, England: 3rd edition, Prentice Hall, 2012.